



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**31/03/2015**

# INDICE

|  |         |
|--|---------|
| 1. COMARCAS                                |         |
| 1.1. JORNAL PEQUENO.....                   | 1       |
| 2. CORREGEDOR (A)                          |         |
| 2.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....        | 2       |
| 3. DECISÕES                                |         |
| 3.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....        | 3 - 7   |
| 3.2. JORNAL O DEBATE.....                  | 8       |
| 4. ESMAM                                   |         |
| 4.1. JORNAL O IMPARCIAL.....               | 9       |
| 4.2. JORNAL PEQUENO.....                   | 10      |
| 5. FÓRUM DE SÃO LUÍS                       |         |
| 5.1. JORNAL O QUARTO PODER.....            | 11      |
| 5.2. JORNAL PEQUENO.....                   | 12 - 15 |
| 6. JUÍZES                                  |         |
| 6.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....        | 16 - 17 |
| 7. PONTO FACULTATIVO / FERIADO             |         |
| 7.1. JORNAL PEQUENO.....                   | 18      |
| 8. PRECATÓRIOS                             |         |
| 8.1. JORNAL O IMPARCIAL.....               | 19 - 20 |
| 9. PRESIDÊNCIA                             |         |
| 9.1. JORNAL ATOS E FATOS.....              | 21 - 22 |
| 9.2. JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS.....       | 23      |
| 9.3. JORNAL O DEBATE.....                  | 24      |
| 9.4. JORNAL O PROGRESSO.....               | 25      |
| 9.5. JORNAL PEQUENO.....                   | 26 - 28 |
| 10. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO    |         |
| 10.1. JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS.....      | 29      |
| 10.2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....       | 30      |
| 10.3. JORNAL PEQUENO.....                  | 31      |
| 11. VARA CRIMINAL                          |         |
| 11.1. JORNAL O DEBATE.....                 | 32      |
| 11.2. JORNAL PEQUENO.....                  | 33 - 35 |
| 12. VARA DE FAMÍLIA                        |         |
| 12.1. JORNAL PEQUENO.....                  | 36 - 37 |
| 13. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS |         |
| 13.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....       | 38      |

# Estado adere a programa para regularizar vida fiscal de maranhenses



**Governador Flávio Dino recebe ministra Nancy Andrighi para aderir ao programa nacional de Governança Diferenciada**

**O** governo do Maranhão vai aderir ao Programa Nacional de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais, que foi apresentado na manhã de ontem (30) ao governador Flávio Dino pela corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi, no Salão de Atos do Palácio dos Leões. O programa tem o objetivo de promover a regularização da vida fiscal de pessoas físicas e jurídicas por meio de negociação. **PÁGINA 5**

 DURANTE VISITA

# Estado adere a programa para regularizar vida fiscal de maranhenses

O governo do Maranhão vai aderir ao Programa Nacional de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais, que foi apresentado na manhã de ontem (30) ao governador Flávio Dino pela corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrichi, no Salão de Atos do Palácio dos Leões. O programa tem o objetivo de promover a regularização da vida fiscal de pessoas físicas e jurídicas por meio de negociação.

O programa trará benefícios para os cidadãos, as empresas, o Judiciário e o Executivo. Os cidadãos e as empresas, que tem a chance de limpar seu nome; o Judiciário, com a redução do acervo, já que quase metade dos processos em tramitação no Maranhão são ações de execução fiscal; e o Executivo, que consegue recuperar o crédito.

O governador Flávio Dino lembrou que medidas como esta já vem sendo tomadas pelo governo do Estado. "Nós já temos tomado medidas nessa direção com o apoio da Assembleia Legislativa, como a redução de multas, juros e vamos agora fazer esse grande mutirão, visando possibilitar ao cidadão e as empresas a plena regularização desses passivos, podendo obter as certidões negativas, que são imprescindíveis à continuidade dos seus negócios", frisou.

Os juizes do Maranhão já estão sendo capacitado para participarem do programa. "Tenho certeza, pelo esforço que já está sendo desenvolvido pelos juizes em treinamento, que o programa será um grande sucesso no Maranhão. O povo maranhense tem a preocupação com o exercício da sua cidadania e também o dever fiscal", destacou corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrichi.

Além de desenvolver uma nova metodologia frente às execuções fiscais, tomando como modelo o funcionamento da Vara de Execução Fiscal do Distrito



**Governador Flávio Dino recebe ministra Nancy Andrichi para aderir ao programa nacional de Governança Diferenciada**

Federal, o programa também estimula uma força-tarefa, onde, com esforço concentrado dos três poderes – Judiciário, Executivo e Legislativo – uma estrutura seja criada para que os cidadãos e empresas consigam solucionar suas pendências fiscais com facilidade.

Em Brasília, o programa atingiu um resultado de 50 mil negociações, o que representa 20% do acervo existente no Distrito Federal. Essa quantidade de processos representou uma arrecadação de mais de R\$ 200 milhões e cerca de R\$ 1 bilhão negociado. "Considerando a proporção existente entre uma unidade federada e outra, vamos buscar resultados tão expressivos quanto esses encontrados no Distrito Federal para ajudar a população do Maranhão com os serviços públicos", assinalou governador Flávio Dino.

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, acredita que a solução será muito positiva para o Poder Judiciário, pois contribuirá para a redução na quantidade de processos. "Certamente o êxito deste programa desafogará o Judiciário. Com os três poderes juntos, acredito que chegaremos a uma conclusão com eficácia, de

forma a satisfazer o cidadão que precisa buscar os seus valores junto a fazenda pública", opinou.

A cidade de São Luís possui 20 mil processos somente na Vara de Execuções Fiscais, totalizando um montante de quase R\$ 2 bilhões. "A gente parte do princípio que ninguém deve porque quer. Se deve é por algum motivo, algum problema, então a gente também quer que essas pessoas que hoje estão fora de licitações, do mercado formal, possam regularizar suas dívidas e passem a ter a sua vida mais digna. Então, vamos aderir sim, para que esse cidadão possa resgatar a sua vida legal", declarou o secretário Municipal de Turismo, Lula Fylho, que no ato estava representando o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior.

## ORDEM TIMBIRA

A passagem da ministra corregedora nacional de Justiça por São Luís também contemplou outros dois momentos, com a sanção da Lei que altera o Código da Divisão Judiciária e a entrega da medalha da Ordem Timbira à ministra, a mais alta condecoração concedida pelo governo do Estado.

"Foi uma grande sur-

presa pra mim, receber tão importante medalha e fazer parte dessa ordem significativa. A primeira vez que eu recebi uma medalha na vida foi aqui no Maranhão, na ocasião do aniversário do Tribunal de Justiça. Então, receber essa medalha hoje representa o fechamento de um ciclo de honraria que eu jamais vou esquecer", declarou a ministra.

## PRECATÓRIO

Na oportunidade, o governador Flávio Dino destacou que já nos próximos meses retomará o pagamento dos precatórios do estado, que estavam suspensos desde o ano de 2012, acumulando um montante de R\$ 800 milhões em dívidas. Para acelerar a quitação de todo o valor, o governador também declarou que continuará estimulando as conciliações e negociações.

"Dentro, naturalmente, da disponibilidade orçamentária e das limitações fiscais que nós temos, vamos dar início aos pagamentos nos próximos meses. O que é importante dizer ao poder judiciário e aos cidadãos é que nós vamos sair dessa lamentável situação de inadimplência, de calote, que o governo do Maranhão se encontrava", finalizou Flávio Dino.

# Estado adere a programa para regularizar vida fiscal



FOTO: NAEL REIS

Flávio Dino recebe ministra para aderir ao programa nacional de Governança Diferenciada

O governo do Maranhão vai aderir ao Programa Nacional de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais, que foi apresentado ontem ao governador Flávio Dino pela corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi, no Salão de Atos do Palácio dos Leões. O programa tem o objetivo de promover a regularização da vida fiscal de pessoas físicas e jurídicas por meio de negociação.

O programa trará benefícios para os cidadãos, as empresas, o Judiciário e o Executivo. Os cidadãos e as empresas, que tem a chance de limpar seu nome; o Judiciário, com a redução do acervo, já que quase metade dos processos em tramitação no Maranhão são ações de execução fiscal; e o Executivo, que consegue recuperar o crédito.

O governador Flávio Dino lembrou que medidas como esta já vem sendo tomadas pelo governo do Estado. "Nós já temos tomado medidas nessa direção com o apoio da Assembleia Legislativa, como a redução de multas, juros e vamos agora fazer esse grande mutirão, visando possibi-

litar ao cidadão e as empresas a plena regularização desses passivos, podendo obter as certidões negativas, que são imprescindíveis à continuidade dos seus negócios", frisou.

Os juizes do Maranhão já estão sendo capacitado para participarem do programa. "Tenho certeza, pelo esforço que já está sendo desenvolvido pelos juizes em treinamento, que o programa será um grande sucesso no Maranhão. O povo maranhense tem a preocupação com o exercício da sua cidadania e também o dever fiscal", destacou corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi.

Além de desenvolver uma nova metodologia frente às execuções fiscais, tomando como modelo o funcionamento da Vara de Execução Fiscal do Distrito Federal, o programa também estimula uma força-tarefa, onde, com esforço concentrado dos três poderes - Judiciário, Executivo e Legislativo - uma estrutura seja criada para que os cidadãos e empresas consigam solucionar suas pendências fiscais com facilidade.

Em Brasília, o programa

atingiu um resultado de 50 mil negociações, o que representa 20% do acervo existente no Distrito Federal. Essa quantidade de processos representou uma arrecadação de mais de R\$ 200 milhões e cerca de R\$ 1 bilhão negociado. "Considerando a proporção existente entre uma unidade federada e outra, vamos buscar resultados tão expressivos quanto esses encontrados no Distrito Federal para ajudar a população do Maranhão com os serviços públicos", assinalou governador Flávio Dino.

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, acredita que a solução será muito positiva para o Poder Judiciário, pois contribuirá para a redução na quantidade de processos. "Certamente o êxito deste programa desafogará o Judiciário. Com os três poderes juntos, acredito que chegaremos a uma conclusão com eficácia, de forma a satisfazer o cidadão que precisa buscar os seus valores junto a fazenda pública", opinou.

A cidade de São Luís possui 20 mil processos somente na Vara de Execuções Fiscais,

totalizando um montante de quase R\$ 2 bilhões. "A gente parte do princípio que ninguém deve porque quer. Se deve é por algum motivo, algum problema, então a gente também quer que essas pessoas que hoje estão fora de licitações, do mercado formal, possam regularizar suas dívidas e passem a ter a sua vida mais digna. Então, vamos aderir sim, para que esse cidadão possa resgatar a sua vida legal", declarou o secretário Municipal de Turismo, Lula Fylho, que no ato estava representando o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior.

Ordem Timbira - A passagem da ministra corregedora nacional de Justiça por São Luís também contemplou outros dois momentos, com a sanção da Lei que altera o Código da Divisão Judiciária e a entrega da medalha da Ordem Timbira à ministra, a mais alta condecoração concedida pelo governo do Estado.

"Foi uma grande surpresa pra mim, receber tão importante medalha e fazer parte dessa ordem significativa. A primeira vez que eu recebi uma medalha na vida foi aqui no Maranhão, na ocasião do aniversário do Tribunal de Justiça. Então, receber essa medalha hoje representa o fechamento de um ciclo de honraria que eu jamais vou esquecer", declarou a ministra.

Precatório - Na oportunidade, o governador Flávio Dino destacou que já nos próximos meses retomará o pagamento dos precatórios do estado, que estavam suspensos desde o ano de 2012, acumulando um montante de R\$ 800 milhões em dívidas. Para acelerar a quitação de todo o valor, o governador também declarou que continuará estimulando as conciliações e negociações.

"Dentro, naturalmente, da disponibilidade orçamentária e das limitações fiscais que nós temos, vamos dar início aos pagamentos nos próximos meses. O que é importante dizer ao poder judiciário e aos cidadãos é que nós vamos sair dessa lamentável situação de inadimplência, de calote, que o governo do Maranhão se encontrava", finalizou Flávio Dino.

# Rede discute atendimento a presos com transtorno mental

Representantes da Rede de Atenção Psicossocial do Maranhão reuniram-se, na Secretaria Estadual de Saúde, para efetivar ações direcionadas à desinternação dos presos portadores de transtornos mentais que permanecem internados em ambulatório, mesmo após o cumprimento do plano de alta.

Na reunião, que aconteceu no último dia 27, que contou com a participação de membros do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário e Coordenação de Saúde Mental, foi proposta a elaboração de um calendário para instalação de mais residências terapêuticas, sob a responsabilidade do Estado e dos municípios, e a formação de parcerias entre o poder público e as instituições privadas que atuam na área, a fim de encaminhar os pacientes judiciais.

O coordenador substituto da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão, juiz Douglas Martins, ressaltou que o doente mental que cumpre medida de segurança também não deve ficar em estado de interdição constante.

“É necessário tratamento adequado, que passe pela fase ambulatorial, com previsão de desinternação”, frisou o magistrado, destacando que as ações conjuntas já resultaram em quatro desinternações so-



Na reunião, foi proposta a elaboração de um calendário

mente no mês de março. “Mas é preciso avançar nessa questão, com a expectativa de um número bem maior”, concluiu.

**NINA RODRIGUES** - O grupo ressaltou que o Hospital Estadual Nina Rodrigues - único que recebe presos em cumprimento de medida de segurança - encontra-se lotado, com mais de 70 pacientes nessa condição, sendo necessário a instalação urgente de residências terapêuticas, tanto na capital como no interior.

De acordo com os representantes, cada unidade deve ser estruturada com equipe profissional adequada, para comportar toda a demanda de forma satisfatória, conforme prevê a Lei nº. 10216/2001,

que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, assim como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP).

O juiz Fernando Mendonça, da 2ª Vara de Execução Penal, destacou o avanço alcançado com as reuniões e ressaltou que, em três meses, se chegou a uma rede organizada capaz de realizar a desinternação responsável daquelas pessoas que praticaram algum crime e são portadoras de algum transtorno mental.

“É de suma importância a

concretização de uma desinternação sabendo que essa pessoa vai ter um acompanhamento por uma equipe de profissionais da área, sabendo que ela vai ter o apoio do Estado para que não reincida em outro fato que seja considerado crime, isso é uma grande conquista”, mencionou.

O juiz lembrou que o trabalho de desinternação proposto pela rede só terá êxito na produção do projeto terapêutico singular, se houver envolvimento e responsabilidade dos profissionais da saúde, do Judiciário e do Ministério Público, o que evitaria reincidência.

As reuniões da rede acontecem mensalmente.

## Carta de Teresina

Editada a Carta de Teresina pelo Colégio de Corregedores de Justiça do Brasil. Foi durante mais uma edição do encontro da entidade, realizado semana passada, no Piauí. A Carta, claro, traz importantes deliberações.

Os encaminhamentos, debatidos e aprovados pelo referido colegiado, foram apresentados pela presidente do Colégio, desembargadora Nelma Sarney, do Tribunal de Justiça do Maranhão.

A primeira proposta foi manifestar apoio às audiências de custódia como política pública de controle do ingresso de presos no sistema carcerário e como forma de garantir os direitos constitucionais do preso.

Os corregedores também manifestaram apoio à proposta da Associação dos Magistrados do Brasil, que busca a criação, pelos Tribunais de Justiça, de Centros de Inteligência e Monitoramento de demandas judiciais de massa, como medida para desafogar o Judiciário.

# Coronéis da PM derrotam Dino na Justiça

## Política 3

## Coronéis da PM obtêm liminar e impõem derrota a Flávio Dino na Justiça

Medida Provisória que remanejava para a reserva oficiais com 35 anos de serviço foi tornada sem efeito pela Justiça estadual e considerada inconstitucional

**Ronaldo Rocha**  
Da editoria de Política

**C**oronéis da Polícia Militar do Maranhão conseguiram uma decisão liminar em mandado de segurança preventivo impetrado na Justiça estadual contra o governador Flávio Dino (PCdoB), que tornou sem efeito artigo 11 da Medida Provisória nº 195/2015, que destinava para a reserva (aposentadoria compulsória), de forma automática, oficiais da corporação com completos 35 anos de serviços prestados.

A MP 195, que na verdade trata da Mobilidade Urbana em sua essência, alterava o artigo 120 da Lei nº 6.513 de 30 de novembro de 1995 – Estatuto dos Policiais Militares -, e como consequência autorizava o alto comando da Polícia Militar a realizar as mudanças de imediato no quadro da ativa da corporação. A ação é assinada por 15 oficiais da PM.

A sentença foi dada pelo desembargador Luiz Gonzaga Almeida Filho, que recebeu os autos conclusos, na qualidade substituto, do desembargador Jaime Ferreira de Araujo, no último sábado, durante o plantão judiciário.

O magistrado considerou trecho da Medida Provisória inconstitucional e tomou sem efeito o ato assinado por Flávio Dino, até que haja a decisão de mérito da causa. “Diante do exposto e ante as provas produzidas, podendo, ainda, resultar ineficaz a medida, caso venha a ser deferida só ao final,

concedo a liminar pleiteada para assegurar a permanência dos impetrantes no serviço ativo da Polícia Militar do Estado do Maranhão, tornando sem efeito, se já praticado o ato de transferência deles para a reserva remunerada, caso se fundamente na nova regra trazida pela Medida Provisória nº 195/2015, até a decisão final”, destaca trecho da decisão.

Nas alegações, os coronéis sustentaram que estavam prestes a ser conduzidos à aposentadoria compulsória, o que vai de encontro ao que determina o Estatuto da categoria, argumentaram a inconstitucionalidade da medida provisória e argumentaram que a alteração na Lei nº 6.513/1995 é motivada “somente para que sejam disponibilizadas vagas para que a autoridade coatora venha a promover os oficiais que tem como aliados políticos e sem qualquer aviso ou transição”.

**Falta de ética** – Na sentença, o desembargador Luiz Gonzaga Almeida Filho chamou atenção para o fato de o governador Flávio Dino ter se utilizado do expediente de medida provisória para tratar de tema que pode provocar impacto na carreira do oficial da Polícia Militar. Salientou ainda, que a ausência dos requisitos constitucionais da MP, “implica na inconstitucionalidade formal e falta de ética para com os demais Poderes, infringindo o sistema dos freios e contrapesos (Teoria Checks and Balances), pois o Le-

gislativo é o órgão avaliador dos fatos e da circunstância e o Judiciário o aplicador da norma ao caso concreto”.

“[...] Em relação à medida provisória, não cabe, em princípio, ao Judiciário analisar os seus pressupostos constitucionais, relevância, urgência, pois quem deve analisar isso é, em primeiro lugar, o chefe do Executivo e, em segundo lugar, o Legislativo, que dá a palavra final. No entanto, segundo entendimento do excelso STF, se a inconstitucionalidade for flagrante e objetiva o Judiciário pode se pronunciar [...]”, afirma o desembargador em outro trecho da sentença.

O Estado entrou em contato com a Secretaria de Estado da Comunicação, para que o Governo pudesse se manifestar sobre o tema, mas até o fechamento desta edição as perguntas não foram respondidas.

Ag. Secom



Flávio Dino tem criado atritos com os oficiais da PM, com sucessivas medidas contra a corporação

## Mais

**Assinam** o Mandado de Segurança Preventivo os coronéis da Polícia Militar Ivaldo Alves Barbosa; Francisco Jeferson Araújo Teles; Juarez Ubirajara Pinto Filho; Veríssimo Ferreira Porto; Boaventura Furtado Neto; José Carlos Araújo Chagas; José Mariano Almeida Neto; João Francisco da Silva Tinoco; Edilson Moraes Gomes; Carlos Eduardo Abreu Gomes; José Ribamar Araújo Vilas Bôas; Rosivaldo Costa Ribeiro; Carlos Roberio dos Santos; Agostinho Gonçalves Silva; Odair dos Santos Ferreira; José de Ribamar Vieira e Allan Kardec da Silva.

# Alteração foi escondida em matéria sobre mobilidade

O governador Flávio Dino (PCdoB) tentou mudar as regras para a aposentadoria de coronéis da Polícia Militar do Maranhão, especificadas na Lei nº 6.513 (Estatuto do Policial Militar) em medida provisória que dispõe, na verdade, sobre as atribuições da Agência Estadual da Mobilidade Urbana.

A matéria tem, ao todo, 13 artigos. Apenas um destes, o de número 11, e que aparece de forma discreta no texto, publicado no Diário Oficial do dia 17 de março deste ano, trata da questão dos policiais militares.

Foi o que motivou a ação dos 15 oficiais da Polícia Militar contra o governador Flávio Dino e não em desfavor do Estado. Os policiais consideraram manobra política o ato do comunista.

Ao considerar inconstitucional artigo da medida provisória, o desembargador Luiz Gonzaga Almeida Fi-

lho questionou o fato de o governador ter tratado da carreira do oficial da Polícia Militar num único artigo.

"[...] Além disso, a referida medida provisória tem como objeto fixar regras sobre mobilidade urbana, consolidando e atualizando a legislação pertinente ao assunto. Assim, não há qualquer motivação que justifique a presença dos pressupostos constitucionais para se tratar num único artigo matéria completamente diversa (transferência de oficiais militares para a reserva remunerada), daí porque deve ser declarada, incidendo tantum [analisar a questão como fundamento pedido], a inconstitucionalidade do artigo 11 da Medida Provisória 195/2015", disse.

A assessoria de comunicação do governador Flávio Dino não se manifestou sobre as considerações do magistrado.

## **Estado Maior**

**Coronéis da PM trazem à  
tona métodos antiéticos  
de Flávio Dino** Política 3

## Fraude sem precedentes

O governo Flávio Dino foi descoberto ontem em uma fraude sem precedentes na história do Maranhão. Ele simplesmente utilizou-se de um artifício classificado de “antiético” pelo desembargador Luiz Gonzaga Almeida Filho para fazer aprovar uma decisão contra os oficiais superiores da Polícia Militar do Maranhão.

E o que fez o governo?

Encaminhou para a Assembleia Legislativa a Medida Provisória nº 195/2015, que trata das atribuições da Agência Estadual de Mobilidade Urbana. Veja bem, a MP trata de mobilidade urbana. Mas lá no Artigo 11, de repente, surge o seguinte enunciado: “O artigo 120 da Lei 6.513, de 30 de novembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação: IX - contar o oficial 35 anos de serviço”.

Mas o que tem a ver os oficiais da Polícia Militar com a mobilidade urbana na região metropolitana? Nada, absolutamente nada, e é aí que está a fraude. O governo utilizou-se, espertamente, de uma MP sobre um assunto e empurrou outro tema, uma espécie de golpe, tanto ao Poder Legislativo, que votaria - ou votará - a proposta, quanto ao Poder Judiciário, responsável pela correta interpretação da lei.

O texto enxertado na MP da Mobilidade é exatamente o que obriga os oficiais militares - coronéis - a se aposentar aos 35 anos de serviço. E o enxerto só foi descoberto porque os oficiais PM, sentindo-se prejudicados, resolveram acionar o governo.

A fraude é tão inusitada que o desembargador que deu ganho de causa aos oficiais considerou o governo antiético, pelo desrespeito ao Legislativo e ao Judiciário.

E ainda pior porque vinda do governo comandado por um ex-juiz federal.



## Hoje é dia de...

Sálvio Dino

A C. Prestes a exilar-se... (Passagem pelo "sulmaranhense")

*Concluo o novo capítulo de a Coroa Da Areia. Um novo romance político recompondo*

*toda uma larga epopeia de lutas, a partir da rebelião do forte de Copacabana...*

*Vou por Carlos Prestes no plano apropriado à sua grandeza, à frente da grande macha mas sem essa inclusão constitua o incenso em redor da figura política e sim a moldura adequada a um herói de sua geração.*

(Josué Motello – *Diário da Noite Iluminada*)

**N**um tempo de chuvas de adolescência, todo marcado de sonhos, curiosidades, lá no meu Grajaú, vivia eu, menino de calças curtas, ouvindo histórias cabeludas sobre a passagem dos chamados revoltosos pelo nosso chão e por outras cidades sertanejas. E, minha insatisfeita curiosidade pre-juvenil, levava-me a perguntar à mestra Caetanea Costa, bem ali, na ladeira de barro, na "cidade Alta": "Professora, é verdade que os homens da Coluna, além de roubar cavalos, gados das fazendas, comiam criancinhas, quando tinham fome e nada encontravam pra comer"?

E, ela, com os olhos arregalados respondia, toda nervosa: "Menino que conversa feia é essa. Pergunta a teu pai que ele responde melhor do que eu". Já, em casa, o Juiz de Direito da Comarca, meu inesquecível pai, Nicolau Dino, ao meu lado, sorrindo, como se gostando da curiosidade, abraçando-me carinhosamente respondia-me: "é bom.

Muito bom que saibas tudo sobre a passagem dos Tenentes, por aqui. Mais tarde, quando fores estudar em S. Luis, irás te aprofundar a respeito de tão importante episódio histórico, ainda tão mal contado". O assunto morreu por aí.

E, as águas passaram pela ponte do tempo! A distância geográfica entre a cidade sertaneja e a capital do Estado, à época, não permitia a um estudante, do interior, ter o mesmo nível de conhecimento de um outro da cidade grande. Aos poucos fui me aclimatando no novo meio ambiente cultural. Na idade juvenil, como diria Santo Agostinho, autêntico abismo de vícios, conheci um jovem estudante que passou a ser meu amigo/companheiro de todos os momentos. Moço de ideias avançadas, atendendo a um pedido meu, passou-me a explicar toda a história da Coluna Prestes. Deu-me pra ler *O Cavaleiro da Esperança*. Quase enlouqueço de alegria ao conhecer, bem de perto, a história de vida do filho de Dona Leocadia Prestes. Dias atrás em Brasília, casualmente, encontrei na simpatia – Livraria – A Forense, Luis Carlos Preste – UM REVOLUCIONÁRIO ENTRE DOIS MUNDOS. O livro chamou-me deveras a atenção. Folheando-o vi, muita coisa inédita e, faltam ainda muitos fatos a serem melhor esclarecidos, Pelas Trilha Destas Terra.

Em terra maranhenses é que, "o bicho pega". Sim, como sabemos, o próprio Prestes, de viva voz, declarou: "Ao entrar no Maranhão fomos recebidos como heróis". E, entre nós, tanto em Carolina, Balsas, Grajaú, Mirador, Riachão, Co-

linas, o povo adorou os tenentes rebeldes. A melhor falta de contato com as lideranças da ilha, lamentavelmente não permitiram bons resultados. Por que? Isso é que estamos tentando resgatar. Há poucos trabalhos a respeito. Só conheço, de fato, dois, de peso: *A PASSAGEM DA COLUNA PRESTES PELO ALTO ITAPECURU* (Prof<sup>a</sup> Maria das Graças Saraiva Barros), e *A MARCHA DOS REVOLTOSOS (Passagem da coluna prestes pelo Maranhão)* de autoria da escritora Mauréli da Costa Santos. São trabalhos, bem lúcidos, mas, ainda assinalando outros caminhos em busca de maiores subsídios, depoimentos orais, documentos inéditos, respostas pra indagações, como, por exemplo, por que o tenente Paulo Kruger se deixou prender em Grajaú, sem esboçar reações; por que Manoel Barnadino (O Lenine do Sertão) deixou, sem maiores explicações a Coluna Invicta; por que não foi feito melhor contato com o líder político Tarquinio Lopes, já que se sabia da “importância da tomada do Maranhão, a qual fortaleceria os rebeldes em relação ao governo central”?

Agora, quando se comemora o aniversário da passagem da Coluna (90 anos) pelo sul maranhense, novembro de 1925, achei por bem, tentar resgatar importantes passagens. Nos longes, vimos juntando, aqui, ali, acolá, autênticos cacos históricos dos Cavaleiros d’Esperança, pelas nossas terras. Temos, sim senhor, conversas gravadas na memória com personalidades que tiveram contato direto com alguns tenentes revolucionários. Ouvi, com certeza, idôneos

relatos: desembargador Acrísio Rebelo, escritor Raimundo Carvalho Guimarães; o ex-prefeito Raimundo Simas; o advogado provisionado Antonio Pincel; e os comerciantes grajauenses Benício Duarte e Nonato Lima (Tio Nonato). Temos, sim senhor, muita história a contar sobre o guerreiro da luz que morreu em 1990 com 92 anos, depois de 90 de sua caminhada pelo chão e o seu legendário partido, este ano, também, comemora 93 anos de fundação. Sempre o número 9 perseguindo, no bom sentido, o guerreiro/guerrilheiro, imitado até por Mao Tsé-Tung em sua Grande-Marcha na China.

Curioso, ainda e de se enforçar à luz de pesquisas feitas pelo historiador Daniel A. Reis: no Brasil – 45 ruas e avenidas, por 42 cidades, em quinze diferentes estados: Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo, o Carlos Prestes foi homenageado com o seu consagrado nome.

E, nós, perguntamos: e no nosso Maranhão? nem num beco se lembraram de colocar o nome do Cavaleiro da Esperança, Por quê? Tudo isso estamos tentando escrever num livro a ser lançado no fim do próximo ano, quando das conferências a serem realizadas nas cidades de Carolina, Grajaú, Balsas, Riachão e Colinas, todas que serviram de histórico palco da Epopeia Revolucionária, de nível mundial. E, é de se perguntar: e quem ficou com a herança de Prestes em terras gonçalvinas? Estou prestes, isso bem provar.

**Agora, quando se comemora o aniversário da passagem da Coluna (90 anos) pelo sul maranhense: novembro de 1925, achei por bem, tentar resgatar importantes passagens**

# Atendimento para presos com transtorno mental é discutido

Rede de Atenção Psicossocial discute ações direcionadas à desinternação de presos que estão em ambulatório; para o juiz Douglas Martins, o doente que cumpre medida de segurança também não deve ficar em estado de internação constante

**R**epresentantes da Rede de Atenção Psicossocial do Maranhão reuniram-se, na Secretaria Estadual de Saúde, para efetivar ações direcionadas à desinternação dos presos portadores de transtornos mentais que permanecem internados em ambulatório, mesmo após o cumprimento do plano de alta.

Na reunião, que aconteceu no último dia 27, com participação de membros do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria

Pública, Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário e Coordenação de Saúde Mental, foi proposta a elaboração de um calendário para instalação de mais residências terapêuticas, sob a responsabilidade do Estado e dos municípios, e a formação de parcerias entre o poder público e as instituições privadas que atuam na área, a fim de encaminhar os pacientes judiciais.

O coordenador substituto da Unidade de Monitoramento e Fis-

calização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão, juiz Douglas Martins, ressaltou que o doente mental que cumpre medida de segurança também não deve ficar em estado de internação constante.

“É necessário tratamento adequado, que passe pela fase ambulatorial, com previsão de desinternação”, frisou o magistrado, destacando que as ações conjuntas já resultaram em quatro desinternações no mês de março.

## Alvo

A decisão do prefeito Edivaldo Holanda Júnior (PTC) de reajustar a tarifa de ônibus, deve provocar “dor de cabeça” ao petecista.

O Município de São Luís é alvo de representação do Ministério Público, do Procon e de uma ação na Vara de Interesses Difusos, de autoria do deputado Wellington do Curso (PPS).

Não é um absurdo sugerir que cedo ou tarde ele seja obrigado a revogar a decisão. Aí passa, inevitavelmente, a ser cobrado pelo empresariado.

## Crise

No ano passado, Edivaldo utilizou como estratégia, reajustar a tarifa somente após forte desgaste dos trabalhadores em transportes rodoviários com o SET.

Ele assistiu à greve de motoristas, cobradores e fiscais de ônibus, e como não houve acordo entre as partes, de certa forma, justificado o reajuste.

Na ocasião, firmou um TAC com o Ministério Público e o SET, garantindo melhorias para o sistema de transporte público. Já este ano, não conseguiu justificar o aumento.

## • Sindicato pede pagamento de gratificação de nível superior para policial com ensino médio



**Fabrício Severo. Vice-presidente do Sinpol**

*\*Por Onildo Sampaio*

O vice-presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis (Sinpol) Fabrício Severo, em entrevista ao O DEBATE, fala da pauta de reivindicações da entidade (Sinpol) para este ano. Fabrício destaca a valorização do policial, melhorias físicas nas Delegacias, melhores condições de trabalho e extensão de gratificações para a categoria.

O vice-presidente Fabrício Severo explicou que o processo de Vantagem de Gratificação de Dedicção Exclusiva está em pleno andamento na Justiça Estadual, onde o Desembargador determinou o pagamento e o Estado cortou o valor do benefício pela metade em vez de conceder num percentual de 100%. A Gratificação de Nível Superior - enfatizou Fabrício - que a decisão do Desembargador Lourival Serejo foi colegiada e que essas gratificações teria direito quem possui diploma de Curso Superior. Para Fabrício, o Sinpol não concordando com o posicionamento do Magistrado, entrou com um Mandado de Segurança para que essa gratificação seja estendida também aos policiais que possuem somente a escolaridade de Ensino Médio, não possuem Curso Superior.

Por outro lado, o Sinpol está trabalhando administrativamente para que se consiga esse objetivo que é pagar esse benefício àqueles policiais que têm somente o Ensino Médio. Para Fabrício "o Estado está muito solícito para essa gratificação, seja estendida aos demais policiais." O policial Fabrício afirmou que o próprio Secretário de Segurança Jefferson Portela é favorável pela extensão dessa gratificação, agora, só faltando que o Secretário da Segesp seja também favorável à causa dessa extensão de gratificação.

O Sinpol tem um prazo de até junho/ 2015 para que o governo estadual possa de fato, enviar uma contraproposta no próximo mês de abril que; naturalmente, será analisada pela classe. Se essa contra proposta for razoável, a Diretoria do Sinpol convocará imediatamente uma Assembleia da Classe. Para Fabrício "se essa contra proposta não agrada aos policiais na Assembleia, a recusa será em 'cima da bucha'", portanto, somente a categoria vai decidir até o final de abril de 2015. Para o vice-presidente do Sinpol, Fabrício Severo: até o mês de junho próximo, considera-se o limite, caso o governo insista em não valorizar o policial civil, não teremos alternativa, depois de todas as negociações, a não ser um movimento de paralisação da categoria.

Fabrício Severo explicou que o Sinpol pede que a gratificação de Nível Superior seja abrangente, para os policiais aposentados e pensionistas. Pretendemos conseguir que esse benefício seja pago àquele policial que está em via de aposentadoria e não possui nível superior. O valor dessa gratificação foi questionável pela classe que ficou sem saber em qual valor incidiu esse benefício, porque, essa gratificação é paga para Técnicos de Nível Superior do Estado, em cima do subsídio. Para Fabrício, a decisão do Desembargador ficou obscura e que o próprio Desembargador não esclareceu em cima de qual valor incidiu essa gratificação. Fabrício asseverou que: "dentro do Sistema Jurídico temos vencimento, remuneração, salário, subsídio". Portanto, para Fabrício, o Desembargador não deixou claro em que valor seria dada a gratificação e assim, o Estado estendeu de forma maléfica possível, ou seja, da pior maneira e assim, o Sinpol - asseverou - na sua composição jurídica, entrou com um Embargo de Declaração, pedindo que a decisão fosse clara e objetiva. Estamos aguardando a decisão da Justiça, e agora, só nos resta esperar - finalizou.

*\*Jornalista e Sociólogo*

## VISITA



A ministra Nancy Andrighi, corregedora nacional de Justiça, fez uma visita de cortesia à presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, nesta segunda-feira (30). A visita faz parte da agenda de trabalho da ministra no Maranhão nessa data, iniciada com uma audiência com o governador do Estado, Flávio Dino. No encontro na presidência do Tribunal, a corregedora nacional conversou informalmente com os magistrados, sobre o trabalho que desempenha junto ao Conselho Nacional de Justiça e recebeu da desembargadora presidente um conjunto de publicações sobre os projetos sociais mantidos pelo Judiciário maranhense e sobre o bicentenário do TJMA.

## JULGAMENTO

# Doze acusados de homicídio são condenados em São Luís

Os Conselhos de Sentença das quatro varas do Tribunal do Júri de São Luís condenaram, nas últimas duas semanas (17 a 26 de março), doze acusados de homicídio e de tentativa de homicídio. Para todo o mês de março, foram agendadas sessões de julgamento de 63 réus no Fórum Des. Sarney Costa. Em abril, os júris começam no dia 06 e, no período de 13 a 17 as unidades judiciárias também participam da segunda edição da Semana Nacional do Júri.

No último dia 19 (quinta-feira) os jurados do 1º Tribunal do Júri condenaram Ítalo Rodrigo Cardoso Guimarães a dois anos de reclusão pelo assassinato de Lenath Santos da Silva, na madrugada do dia 13 de julho de 2008, no Conjunto São Raimundo. O juiz que presidiu a sessão, Osmar Gomes dos Santos, concedeu ao réu o direito de apelar da sentença em liberdade.

Já no 2º Tribunal do Júri, presidido pelo juiz Gilberto de Moura Lima, na última segunda-feira (23), Clemilton Santos Pi-

neiro foi condenado a 18 anos e nove meses de reclusão pela morte de Felipe da Conceição Araújo, crime ocorrido no dia 27 de março de 2010, por volta das 19h, no bairro João de Deus. Na semana passada (20), os jurados condenaram Marcelo Henrique Silva Diniz a nove anos, quatro meses e 15 dias de reclusão. Ele respondeu pela acusação de homicídio contra Lindomar Queiroz Pinheiro. O crime ocorreu no início da noite de 18 de junho de 2011, na Vila Cruzado, no bairro Vicente Fialho.

Ainda no 2º Tribunal do Júri este mês (dia 19), Huerbete Silva Damasseno, conhecido como "Beto", foi condenado a nove anos e seis meses de reclusão pelo assassinato de Elias Abreu dos Santos, na noite do dia 19 de agosto de 2007, no bairro Jaracati. Na semana passada (dia 17), os jurados condenaram também Sérgio Roberto Lisboa, o "Nego", a 25 anos de reclusão por homicídio contra Heráclito Correa Campelo, na madrugada do dia 29 de julho

de 1999, na Vila Magril.

Presidido pela juíza Katia Coelho de Sousa de Dias, o 3º Tribunal do Júri condenou, na última quinta-feira (26), a nove anos de reclusão, Peterson Jean Mendes da Silva pela morte de Reinaldo Reis Farias do Nascimento Filho, ocorrida na tarde do dia 14 de junho de 2010, na feira do Bairro da Liberdade, quando o acusado, após uma discussão, desferiu um golpe de faca na vítima que estava alcoolizada. O réu responde a outro processo criminal.

Esta semana também, no dia 25, os jurados da 3ª Vara do Júri condenaram a três anos, cinco meses e 17 dias de reclusão Osmar Francisco Barbosa Filho, que assassinou Sérgio Luís Ferreira Araújo Júnior no dia 27 de setembro de 2012, na Vila Passos.

Já no último dia 18 (quarta-feira), foram condenados a seis anos e nove meses de reclusão, respectivamente, Fabiano Cunha da Silva e Cristiano Costa Mendes, acusados da morte de Gilson Carlos Evangelista Sanches,

na noite do dia 24 de março de 2012, na Vila Lobão. O motivo seria porque um caminhão, conduzido pela vítima, danificou o retrovisor do o carro de Cristiano Costa, gerando animosidade entre os dois. Segundo os autos, a vítima estava alcoolizada no momento em que ocorreu a batida. Cristiano Costa Mendes responde a diversos procedimentos criminais e está foragido.

No 4º Tribunal do Júri, no último dia 17 (terça-feira) Pedro Bispo Costa Leite, o "Pedrinho", foi condenado a cinco anos, quatro meses e 17 dias de reclusão pela morte de José Carlos Costa, no início da noite de 16 de dezembro de 2011, em um bar na Vila Mauro Fecury II. O réu já responde a outro processo por homicídio.

No dia 19 (quinta-feira), foi condenado a três anos e dois meses de reclusão José Ribamar de Luna Pinheiro por tentar matar a tiros Renan Klinger Ribeiro da Cruz, por volta das 23h do dia 07 de março de 2011, em um bar no bairro Quebra-Pote.

**3** A corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi, recebeu, ontem, a Medalha do Mérito Acadêmico, concedida pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM). Ela veio a São Luís divulgar e incentivar as ações do Programa Nacional de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais.

**DINHEIRO**

# Governo volta a pagar precatórios

Dívida é de cerca de R\$ 800 milhões e desde 2012 deixou de ser paga. Governador Flávio Dino anuncia que até maio os pagamentos das primeiras parcelas deverão ser retomados

DIEGO EMIR

**A**pós três anos parados, os pagamentos de precatórios irão voltar. O anúncio foi feito pelo governador Flávio Dino (PCdoB), ontem, em companhia da corregedora Nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi, que veio ao Maranhão apresentar o Programa Nacional de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais.

De acordo com dados fornecidos pelo chefe da Casa Civil, o governo deve aproximadamente R\$ 800 milhões, que desde 2012 estão parados pela administração estadual. No entanto, parte desse valor começará a ser pago no mais tardar em maio. “Existe uma determinação do governador para que os precatórios comecem a ser pagos agora em abril. Se não for possível, em maio iniciaremos o pagamento das primeiras parcelas, que vão ser divididas em 12 vezes”, declarou Marcelo Tavares.

O chefe da Casa Civil informou que ainda não sabe qual valor será destinado para os precatórios, afinal o estudo precisa ser concluído para que não ocorra nenhum comprometi-



**Governador Flávio Dino em encontro com a corregedora Nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi**

mento das contas públicas, uma vez que dívidas da gestão passada ainda estão sendo pagas e em processo de negociação.

Na semana passada, o Supremo Tribunal Federal determinou que até 2020 estas dívidas fossem extintas em todo o país. O governador, na coletiva, disse que o Tribunal de Justiça deu um prazo de 30 dias para o governo iniciar os pagamentos. Diante dessa determinação, Flávio Dino afirmou que, “dentro das possibilidades orçamentárias do estado, vai estimular as

negociações e conciliações para tirar o governo da situação de “calote” que a administração estadual se encontra”.

O não pagamento de precatórios já foi tema de campanha da OAB no Maranhão. Segundo o presidente da Seccional, Mário Macieira, há três anos que o governo não paga os precatórios. “Já há bastante tempo, estamos cobrando do Tribunal de Justiça informações sobre o pagamento dos precatórios, pelo Estado, e também dos honorários dos advogados dativos. Ambas as

DIVULGAÇÃO/SECOM



**Existe uma determinação do governador para que os precatórios comecem a ser pagos agora em abril, se não for possível, em maio iniciaremos o pagamento das primeiras parcelas que vão ser divididas em 12 vezes**

**Marcelo Tavares,**  
secretário da Casa Civil



**Quantidade de vezes  
que as dívidas serão  
parceladas**

verbas são decorrentes de decisões judiciais que o governo tem o encargo de cobrir”, relata.

Para Macieira, ao não fazer o pagamento de precatórios e dos advogados dativos, “o estado desprezita decisões judiciais. E vem fazendo isso reite-

radamente sem sofrer qualquer sanção. Por isso, além de deflagrar essa campanha publicamente, também vamos estudar medidas legais que possam ser acionadas para que as decisões judiciais sejam respeitadas”, conclui.

#### » Para saber mais

## Maranhão adere a programa fiscal

*O governo do Maranhão vai aderir ao Programa Nacional de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais, que foi apresentado na manhã de ontem (30) ao governador Flávio Dino pela corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi, no Salão de Atos do Palácio dos Leões. O programa tem o objetivo de promover a regularização da vida fiscal de pessoas físicas e jurídicas por meio de negociação.*

*O programa trará benefícios para os cidadãos, as empresas, o Judiciário e o Executivo. Os cidadãos e as empresas, que tem a chance de limpar seu nome; o Judiciário, com a redução do acervo, já que quase metade dos processos em tramitação no Maranhão são ações de execução fiscal; e o Executivo, que consegue recuperar o crédito.*

*O governador Flávio Dino lembrou que medidas como esta já vem sendo tomadas pelo governo do Estado. “Nós já temos tomado medidas nessa direção com o apoio da Assembleia Legislativa, como a redução de multas, juros e vamos agora fazer esse grande mutirão, visando possibilitar ao cidadão e as empresas a plena regularização desses passivos, podendo obter as certidões negativas, que são imprescindíveis à continuidade dos seus negócios”, frisou.*

# Estado adere a programa para regularizar vida fiscal de maranhenses



**Governador Flávio Dino recebe ministra Nancy Andrighi para aderir ao programa nacional de Governança Diferenciada**

O governo do Maranhão vai aderir ao Programa Nacional de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais, que foi apresentado na manhã dessa segunda-feira (30) ao governador Flávio Dino pela corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi, no Salão de Atos do Palácio dos Leões. O programa tem o objetivo de promover a regularização da vida fiscal de pessoas físicas e jurídicas por meio de negociação.

O programa trará benefícios para os cidadãos, as empresas, o Judiciário e o Executivo. Os cidadãos e as empresas, que têm a chance de limpar seu nome; o Judiciário, com a redução do acervo, já que quase metade dos processos em tramitação no Maranhão são ações de execução fiscal; e o Executivo, que consegue recuperar o crédito.

O governador Flávio Dino lembrou que medidas como esta já vêm sendo tomadas pelo governo do Estado. “Nós já temos tomado medidas nessa direção com o apoio da Assembleia Legislativa, como a redução de multas, juros e vamos agora fazer esse grande mutirão, visando possibilitar ao cidadão e às empresas a plena regularização desses passivos, podendo obter as certidões negativas, que são imprescindíveis à continuidade dos seus negócios”, frisou.

Os juizes do Maranhão já estão sendo capacitados para participarem do programa.

“Tenho certeza, pelo esforço que já está sendo desenvolvido pelos juizes em treinamento, que o programa será um grande sucesso no Maranhão. O povo maranhense tem a preocupação com o exercício da sua cidadania e também o dever fiscal”, destacou corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi.

Além de desenvolver uma nova metodologia frente às execuções fiscais, tomando como modelo o funcionamento da Vara de Execução Fiscal do Distrito Federal, o programa também estimula uma força-tarefa, onde, com esforço concentrado dos três poderes – Judiciário, Executivo e Legislativo – uma estrutura seja criada para que os cidadãos e empresas consigam solucionar suas pendências fiscais com facilidade.

Em Brasília, o programa atingiu um resultado de 50 mil negociações, o que representa 20% do acervo existente no Distrito Federal. Essa quantidade de processos representou uma arrecadação de mais de R\$ 200 milhões e cerca de R\$ 1 bilhão negociado. “Considerando a proporção existente entre uma unidade federada e outra, vamos buscar resultados tão expressivos quanto esses encontrados no Distrito Federal para ajudar a população do Maranhão com os serviços públicos”, assinalou o governador Flávio Dino.

A presidente do Tribunal de

Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, acredita que a solução será muito positiva para o Poder Judiciário, pois contribuirá para a redução na quantidade de processos. “Certamente o êxito deste programa desafogará o Judiciário. Com os três poderes juntos, acredito que chegaremos a uma conclusão com eficácia, de forma a satisfazer o cidadão que precisa buscar os seus valores junto à fazenda pública”, opinou.

A cidade de São Luís possui 20 mil processos somente na Vara de Execuções Fiscais, totalizando um montante de quase R\$ 2 bilhões. “A gente parte do princípio que ninguém deve porque quer. Se deve é por algum motivo, algum problema, então a gente também quer que essas pessoas que hoje estão fora de licitações, do mercado formal, possam regularizar suas dívidas e passem a ter a sua vida mais digna. Então, vamos aderir sim, para que esse cidadão possa resgatar a sua vida legal”, declarou o secretário Municipal de Turismo, Lula Fylho, que no ato estava representando o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior.

## Ordem Timbira

A passagem da ministra corregedora nacional de Justiça por São Luís também contemplou outros dois momentos, com a sanção da Lei que altera o Código da Divisão

Judiciária e a entrega da medalha da Ordem Timbira à ministra, a mais alta condecoração concedida pelo governo do Estado.

“Foi uma grande surpresa pra mim, receber tão importante medalha e fazer parte dessa ordem significativa. A primeira vez que eu recebi uma medalha na vida foi aqui no Maranhão, na ocasião do aniversário do Tribunal de Justiça. Então, receber essa medalha hoje representa o fechamento de um ciclo de honraria que eu jamais vou esquecer”, declarou a ministra.

## Precatório

Na oportunidade, o governador Flávio Dino destacou que já nos próximos meses retomará o pagamento dos precatórios do estado, que estavam suspensos desde o ano de 2012, acumulando um montante de R\$ 800 milhões em dívidas. Para acelerar a quitação de todo o valor, o governador também declarou que continuará estimulando as conciliações e negociações.

“Dentro, naturalmente, da disponibilidade orçamentária e das limitações fiscais que nós temos, vamos dar início aos pagamentos nos próximos meses. O que é importante dizer ao poder judiciário e aos cidadãos é que nós vamos sair dessa lamentável situação de inadimplência, de calote, que o governo do Maranhão se encontrava”, finalizou Flávio Dino.

# Wellington do Curso ajuíza Ação Popular para anulação do aumento de tarifa do transporte coletivo

O vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e das Minorias da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Wellington do Curso (PPS), deu entrada, na manhã desta segunda-feira (30), no Fórum Desembargador Sarney Costa, em uma Ação Popular. O objetivo é anular o ato ilegal que autorizou o aumento das passagens de transporte coletivo, anunciado na última sexta-feira (27) pelo Secretário Municipal de Trânsito e Transporte de São Luís, Canindé Barros e avalizado pelo prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior (PTC).

Em respeito aos maranhenses, o parlamentar levantou vários questionamentos a serem esclarecidos e criticou a precariedade do transporte público.

"É evidente, sob qualquer

prisma, a debilidade do serviço de transporte na nossa cidade. Como se todas as mazelas já não fossem suficientes, São Luís é hoje a detentora da 5ª tarifa mais cara a nível nacional. E o mais grave é ter o Município de São Luís aumentado o valor da tarifa de transporte ao arrepio da Lei Municipal 363/2014, que exige Audiência Pública para tal ato, além da comprovação por parte do município e dos empresários de elementos quantitativos e qualitativos para a autorização do aumento. Por isso o ato é ilegal. Além disso, estamos estudando, diante da evidente ilegalidade, que ofendeu princípios básicos da administração pública, como a moralidade pública e a legalidade, a possibilidade da existência de improbidade administrativa", disse.

## TUTÓIA

# Juiz participa de audiência que tratou de segurança pública

O titular da Comarca de Tutóia, juiz Rodrigo Terças, participou, no último dia 25, de audiência pública que teve por objetivo discutir a construção da 1ª Companhia Independente da Polícia Militar. Promovida pela Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL da cidade, a audiência contou com a participação de representantes dos poderes Executivo e Legislativo, Sebrae, gerentes de bancos e sociedade civil.

O evento foi motivado pelos constantes assaltos em estabelecimentos comerciais do município, o que levou os empresários locais a unir forças para construir o alojamento da PM e fazer parceria com o Poder Público para que enviem mais policiais para a cidade, já que o município conta com o efetivo de apenas dois militares.

Na ocasião, Rodrigo Terças garantiu o apoio do Judiciário

à iniciativa dos empresários. E ressaltou: “Tutóia hoje é uma rota de tráfico nacional e internacional entre as cidades do Baixo-Parnaíba. A criação dessa unidade policial intimidará os criminosos que circulam pela região”. Na visão do magistrado, a construção do destacamento da PM na cidade deve diminuir os índices de criminalidade na região. policial intimidará os criminosos que circulam pela região”, afirmou Terças.

“Já enviamos ofícios ao governo do estado, solicitando mais policiais para a cidade, além de viaturas, motos, entre outros pedidos. E continuaremos fazendo aquilo que estiver ao nosso alcance. O Judiciário busca estar mais próximo da sociedade, vivendo suas dificuldades e desafios, propondo soluções e contribuindo para a resolução dos problemas sociais”, frisou.

## **Ministra Nancy Andrichi é homenageada pela Escola da Magistratura do Maranhão**

A corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrichi, recebeu, ontem, a Medalha do Mérito Acadêmico, concedida pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM). A magistrada veio ao Estado para divulgar e incentivar as ações do Programa Nacional de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais.

O diretor da escola, desembargador Jamil Gedeon, presidiu a solenidade, ao lado da presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire, além dos desembargadores Paulo Velten (vice-diretor da ESMAM), Cleones Cunha e Froz Sobrinho, e dos juízes Marilse Medeiros (secretária-geral da escola) e Ângelo Antônio (AMMA).

Antes de receber a medalha, a corregedora nacional foi homenageada com mensagem proferida pelo desembargador Cleones Cunha, corregedor-auxiliar da ministra. "Estamos prestando

justíssima homenagem a uma pessoa que participou desta e de todas as escolas da Magistratura do Brasil. Ao lado da desembargadora Madalena Serejo, lutou pela implantação da ESMAM. Estamos cumprindo o dever de reconhecer o que ela já fez pelo Judiciário, pela Magistratura e pelas escolas de todo o Brasil", destacou o desembargador.

A ministra Nancy Andrichi agradeceu as palavras e as homenagens, lembrando com carinho da desembargadora Madalena Serejo e agradecendo a oportunidade de participar de um momento especial para os alunos do curso, no início de suas carreiras na magistratura.

Emocionada e sob muitos aplausos, Nancy Andrichi, durante a cerimônia no auditório da escola judicial, falou aos alunos do Curso de Formação de Magistrados que ocorre na ESMAM, desde o início de março.

DIVULGAÇÃO



**A ministra Nancy com os desembargadores Jamil e Cleonice**

# MPMA PEDE ANULAÇÃO DO REAJUSTE DE TARIFAS DE ÔNIBUS EM SÃO LUÍS

► *Procon, SMTT e SET definirão percentual de reajuste das passagens*

► *Usuários saem às ruas em manifestação contra aumento*

O Ministério Público ajuizou Ação Civil Pública, ontem, para tentar anular o decreto que determinou o aumento das tarifas aos usuários de transporte coletivo em São Luís. O MP pede, ainda, que o Município seja condenado a devolver, em dobro, os valores pagos indevidamente pelos passageiros. Hoje, o Procon-MA realiza nova reunião para estabelecer

um acordo com a prefeitura de São Luís quanto aos percentuais de reajuste tarifários nas passagens de ônibus. Ontem, o órgão de defesa do consumidor notificou a SMTT e o Sindicato das Empresas para que apresentem planilha com informações e justificativas, em virtude do aumento referido.

**PÁGINAS 5**



**Estudantes protestam contra o aumento de passagem em frente à Prefeitura de São Luís**

SÃO LUÍS

# MPMA pede anulação do reajuste de tarifas de ônibus

*Aumento vai de 15,78% a 18,75%, deixando as tarifas com variação entre R\$ 1,90 a R\$ 2,80*

A promotora de justiça Lítia Cavalcanti ajuizou na tarde desta segunda-feira, 30, Ação Civil Pública com pedido de tutela antecipada para tentar anular o Decreto nº 46.841/2015, que determinou o aumento das tarifas aos usuários de transporte coletivo na capital. O Ministério Público pede, ainda, que o Município de São Luís seja condenado a devolver, em dobro, os valores pagos indevidamente pelos passageiros.

A 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de São Luís ajuizou, em junho de 2010, Ação Civil Pública questionando a má prestação do serviço de transporte urbano. Em novembro de 2011, a Prefeitura de São Luís, por meio da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT), firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), reconhecendo a necessidade de realizar licitação para a concessão do serviço de transporte coletivo.

Pelo mesmo acordo, o Município de São Luís se comprometeu a contratar empresa especializada com objetivo de realizar estudos técnicos para preparar a licitação do sistema e identificação biométrica dos passageiros.

“Mesmo diante do compromisso, o Município de São Luís não priorizou o transporte coletivo como política de governo, criando uma falsa aparência de melhoria na qualidade do serviço. Os cidadãos ludovicenses e



**Promotora Lítia Cavalcanti quer anular decreto que autorizou o aumento das passagens**

o Ministério Público exigem do Poder Executivo municipal uma política de transporte que enfrente os problemas estruturais do setor”, questionou a titular da 2ª Promotoria do Consumidor.

Na avaliação de Lítia Cavalcanti, o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior, precisa considerar a mobilidade urbana como uma política pública prioritária. “Ao contrário, o que tem ocorrido é a adoção de acordos paliativos, com o objetivo de evitar o movimento grevista dos rodoviários. Passado o momento de crise, acaba a preocupação”.

Ela destacou, também, que o caos no sistema não é perce-

bido por quem permanece no gabinete sem a necessidade de tomar um ônibus. “Os trabalhadores e cidadãos passam horas ao relento, expostos à chuva e à insegurança. Quem sofre as gravíssimas consequências da irresponsabilidade do réu é a população, refém da péssima qualidade do serviço e com uma tarifa injustificada”.

Na Ação Civil Pública, a representante ministerial afirma que o reajuste atenta contra princípios básicos de proteção aos usuários dos serviços públicos, em especial ao princípio da modicidade tarifária. O MPMA também questiona o fa-

to de a Prefeitura de São Luís desconsiderar a Lei Municipal nº 363/2014 que obriga a realização de audiência pública, na Câmara de Vereadores, antes da edição do decreto.

“Além disso, as tarifas de transporte coletivo foram aumentadas em patamar superior a 30% em menos de um ano, obrigando o consumidor a comprometer mais de 14% do orçamento doméstico mensal, com base no salário-mínimo”, avaliou Cavalcanti.

Em junho de 2014, as tarifas também foram reajustadas pelo Município de São Luís.

## ***Wellington do Curso move Ação Popular***

O deputado estadual Wellington do Curso deu entrada, na manhã de ontem (30), no Fórum Desembargador Sarney Costa, em uma Ação Popular cujo objetivo é anular o ato que autorizou o aumento das passagens de transporte coletivo, anunciado na última sexta-feira (27),

pelo Secretário Municipal de Trânsito e Transporte de São Luís, Canindé Barros.

O deputado chamou atenção para a debilidade do serviço de transporte na capital maranhense, afirmando que São Luís é a detentora da 5ª tarifa mais cara em nível nacional.

## Tirando proveito

Por conta do reajuste tarifário, pelo menos dois deputados, que deveriam estar interessados em discutir os problemas do Estado, por conta da sucessão municipal, estão recorrendo à Justiça para tentar constranger a administração Edivaldo Holanda Júnior. Wellington do Curso, por exemplo, protocolou, no Fórum Sarney Costa, uma Ação Popular contra o aumento da passagem dos ônibus. O mesmo caminho tomou o petista José Inácio, mesmo diante do anúncio do Ministério Público e do Procon-MA de que iriam recorrer da decisão.

## ***Expediente no Judiciário será suspense entre os dias 1º e 3 de abril***

O expediente no Judiciário do Estado do Maranhão será suspenso nos dias 1º (Semana Santa), 02 (feriado forense) e 03 de abril (Sexta-Feira da Paixão). As datas estão relacionadas na Resolução nº 031/2014, publicada no Diário de Justiça Eletrônico (DJe). Os prazos processuais iniciados ou encerrados nesse período serão automaticamente prorrogados para segunda-feira (6).

Para o atendimento das demandas urgentes – habeas corpus, mandados de segurança, agravos de instrumento e suspensão de liminares – ficará em funcionamento o plantão judicial, nas esferas cível e criminal da justiça de 2º grau. O desembargador Lourival Serejo assumirá como plantonista a partir da segunda-feira (30) até o dia 05 de abril (domingo).

Os servidores de plantão são: Alúcio Alves Júnior e Joseli Nascimento (oficial de justiça). O número do telefone disponibilizado para o serviço é o (98) 98815-8344.

# Governo do Estado adere a programa para regularizar vida fiscal de maranhenses

O governo do Maranhão vai aderir ao Programa Nacional de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais, que foi apresentado ao governador Flávio Dino, ontem, no Palácio dos Leões, pela corregedora

nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi. O programa tem o objetivo de promover a regularização da vida fiscal de pessoas físicas e jurídicas por meio de negociação.

**PÁGINA 4 [C1]**

## Governo do Estado adere a programa para regularizar vida fiscal de maranhenses

O governo do Maranhão vai aderir ao Programa Nacional de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais, que foi apresentado ao governador Flávio Dino, ontem, no Palácio dos Leões, pela corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi. O programa tem o objetivo de promover a regularização da vida fiscal de pessoas físicas e jurídicas por meio de negociação.

O programa trará benefícios para os cidadãos, as empresas, o Judiciário e o Executivo. Os cidadãos e as empresas, que têm a chance de limpar seu nome; o Judiciário, com a redução do acervo, já que quase metade dos processos em tramitação no Maranhão são ações de execução fiscal; e o Executivo, que consegue recuperar o crédito.

Flávio Dino lembrou que medidas como esta já vêm sendo tomadas pelo governo do Estado. “Nós já temos tomado medidas nessa direção com o apoio da Assembleia Legislativa, como a redução de multas, juros e vamos agora fazer esse grande mutirão, visando possibilitar ao cidadão e as empresas a plena regularização desses passivos, podendo obter as

certidões negativas, que são imprescindíveis à continuidade dos seus negócios”, frisou.

Os juízes do Maranhão já estão sendo capacitado para participarem do programa. “Tenho certeza, pelo esforço que já está sendo desenvolvido pelos juízes em treinamento, que o programa será um grande sucesso no Maranhão. O povo maranhense tem a preocupação com o exercício da sua cidadania e também o dever fiscal”, destacou corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi.

Além de desenvolver uma nova metodologia frente às execuções fiscais, tomando como modelo o funcionamento da Vara de Execução Fiscal do Distrito Federal, o programa estimula uma força-tarefa, onde, com esforço concentrado dos três poderes – Judiciário, Executivo e Legislativo – uma estrutura seja criada para que os cidadãos e empresas consigam solucionar suas pendências fiscais com facilidade.

A presidente do Tribunal de Justiça, Cleonice Freire, acredita que a solução será muito positiva para o Poder Judiciário, pois contribuirá para a redução na quan-

tidade de processos. “Certamente o êxito deste programa desafogará o Judiciário. Com os três poderes juntos, acredito que chegaremos a uma conclusão com eficácia, de forma a satisfazer o cidadão que precisa buscar os seus valores junto a fazenda pública”, opinou.

A cidade de São Luís possui 20 mil processos somente na Vara de Execuções Fiscais, totalizando um montante de quase R\$ 2 bilhões. “A gente parte do princípio que ninguém deve porque. Se deve é por algum motivo, algum problema, então a gente também quer que essas pessoas que hoje estão fora de licitações, do mercado formal, possam regularizar suas dívidas e passem a ter a sua vida mais digna. Então, vamos aderir sim, para que esse cidadão possa resgatar a sua vida legal”, declarou o secretário Municipal de Turismo, Lula Fylho, que no ato estava representando o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior.

# Corregedora nacional de Justiça visita o TJMA

A ministra Nancy Andrichi, corregedora nacional de Justiça, fez uma visita de cortesia à presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, nesta segunda-feira (30). A visita faz parte da agenda de trabalho da ministra no Maranhão nessa data, iniciada com uma audiên-

cia com o governador do Estado, Flávio Dino.

No encontro na presidência do Tribunal, a corregedora nacional conversou informalmente com os magistrados, sobre o trabalho que desempenha junto ao Conselho Nacional de Justiça e recebeu da desembargadora presidente um conjunto de pu-

blicações sobre os projetos sociais mantidos pelo Judiciário maranhense e sobre o bicentário do TJMA.

**APOIO** – A desembargadora Cleonice Freire agradeceu a visita e disse à corregedora que o apoio demonstrado pela corregedora nacional à Justiça estadual é fundamental para o bom desempenho dos serviços judiciais.

Participaram da recepção à ministra a vice-presidente Anildes Cruz e os desembargadores Jamil Gedeon, diretor da Es-mam; Paulo Velten, Ouvidor do Poder Judiciário; Lourival Serejo, corregedor da Justiça eleitoral; Cleones Cunha; Maria das Graças Mendes; José Bernardo; Ribamar Froz; Vicente de Paula; Raimundo Barros; Ricardo Duailibe; Marcelino Everton; Ângela Salazar e Ribamar Castro. Os juízes Sara Gama (auxiliar do TJ); Tyrone Silva, Francisca Galiza, José Américo Abreu (auxiliares da Corregedoria) e Luiz Gonzaga também compareceram.

DIVULGAÇÃO



**A ministra Nancy Andrichi foi recebida pela presidente Cleonice Freire e desembargadores**

# Atendimento a presos com transtorno mental é discutido pela Rede de Atenção Psicossocial

DIVULGAÇÃO

Representantes da Rede de Atenção Psicossocial do Maranhão reuniram-se, na Secretaria Estadual de Saúde, para efetivar ações direcionadas à desinternação dos presos portadores de transtornos mentais que permanecem internados em ambulatório, mesmo após o cumprimento do plano de alta.

Na reunião, que aconteceu na última sexta-feira (27), com participação de membros do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário e Coordenação de Saúde Mental, foi proposta a elaboração de um calendário para instalação de mais residências terapêuticas, sob a responsabilidade do Estado e dos municípios, e a formação de parcerias entre o poder público e as instituições privadas que atuam na área, a fim de encaminhar os pacientes judiciais.

O coordenador substituto da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão, juiz Douglas Martins, ressaltou que o doente mental que cumpre medida de segurança também não deve ficar em estado de internação constante.

“É necessário tratamento adequado, que passe pela fase ambulatorial, com previsão de desinternação”, frisou o magistrado, destacando que as ações conjuntas já resultaram em quatro desinternações somente no mês de março. “Mas é preciso avançar nessa questão, com a expectativa de um número bem maior”, concluiu.

**NINA RODRIGUES** – O grupo ressaltou que o Hospital Estadual Nina Rodrigues – único que recebe presos em cumprimento



## Rede de Atenção Psicossocial define ampliação do número de residências terapêuticas

de medida de segurança – encontra-se lotado, com mais de 70 pacientes nessa condição, sendo necessário a instalação urgente de residências terapêuticas, tanto na capital como no interior.

De acordo com os representantes, cada unidade deve ser estruturada com equipe profissional adequada, para comportar toda a demanda de forma satisfatória, conforme prevê a Lei nº. 10216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, assim como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP).

O juiz Fernando Mendonça, da 2ª Vara de Execução Penal, destacou o avanço alcançado com as reuniões e ressaltou que, em três meses, se chegou a uma rede organizada capaz de realizar a desinternação responsável

daquelas pessoas que praticaram algum crime e são portadoras de algum transtorno mental.

“É de suma importância a concretização de uma desinternação sabendo que essa pessoa vai ter um acompanhamento por uma equipe de profissionais da área, sabendo que ela vai ter o apoio do Estado para que não reincida em outro fato que seja considerado crime, isso é uma grande conquista”, mencionou.

O juiz lembrou que o trabalho de desinternação proposto pela rede só terá êxito na produção do projeto terapêutico singular, se houver envolvimento e responsabilidade dos profissionais da saúde, do Judiciário e do Ministério Público, o que evitaria reincidência.

As reuniões da rede acontecem mensalmente. A próxima acontecerá no dia 27 de abril, às 10h, na Secretaria de Saúde do Estado, no Calhau.

BALSAS

## Acusado de homicídio é condenado a 12 anos

A juíza Nirvana Maria Mourão Barroso, titular da 3ª Vara da Comarca de Balsas, presidiu, na sexta-feira (27), uma sessão do tribunal do júri na unidade judicial. No banco dos réus, Rael Pereira Araújo da Silva acusado de ter matado Célio Roberto Sales da Silva.

De acordo com a denúncia, o acusado Rael teria matado Célio Roberto a golpes de faca, em maio de 2014. O crime ocorreu em frente ao Clube Selva de Pedra, que fica no bairro Potosi, em Balsas. Durante o julgamento, o defensor do réu alegou legítima defesa, tese rejeitada pelo conse-

lho de sentença.

Foi rejeitada, ainda, a tese de homicídio simples, haja vista que o crime teria acontecido à traição, sem chance de defesa da vítima. Célio Roberto teria sido atingido várias vezes e, pelo que consta no inquérito, ele teria uma rixa com Rael Pereira.

Segundo a sentença, Rael Pereira terá de cumprir a pena inicialmente em regime fechado na Unidade Prisional de Balsas. Além da juíza, atuaram na sessão o promotor Moisés Caldeira Brant (acusação) e o advogado Emerson Carvalho Cardoso (defesa). (Ascom TJMA)

# Doze acusados de homicídio são condenados pelo júri

Os Conselhos de Sentença das quatro varas do Tribunal do Júri de São Luís condenaram, nas últimas duas semanas (17 a 26 de março), doze acusados de homicídio e de tentativa de homicídio. Para todo o mês de março, foram agendadas sessões de julgamento de 63 réus no Fórum Des. Sarney Costa.

**PÁGINA 16 [C1]**

# Doze acusados de homicídio são condenados pelo júri de São Luís

Os Conselhos de Sentença das quatro varas do Tribunal do Júri de São Luís condenaram, nas últimas duas semanas (17 a 26 de março), doze acusados de homicídio e de tentativa de homicídio. Para todo o mês de março, foram agendadas sessões de julgamento de 63 réus no Fórum Des. Sarney Costa. Em abril, os júris começam no dia 6 e, no período de 13 a 17 as unidades judiciárias também participam da segunda edição da Semana Nacional do Júri.

No último dia 19 (quinta-feira) os jurados do 1º Tribunal do Júri condenaram Ítalo Rodrigo Cardoso Guimarães a dois anos de reclusão pelo assassinato de Lenath Santos da Silva, na madrugada do dia 13 de julho de 2008, no Conjunto São Raimundo. O juiz que presidiu a sessão, Osmar Gomes dos Santos, concedeu ao réu o direito de apelar da sentença em liberdade.

Já no 2º Tribunal do Júri, presidido pelo juiz Gilberto de Moura Lima, na última segunda-feira (23), Clemlilton Santos Pinheiro foi condenado a 18 anos e nove meses de reclusão pela morte de Felipe da Conceição Araújo, crime ocorrido no dia 27 de março de 2010, por volta das 19h, no bairro João de Deus. Na semana passada (20), os jurados condenaram Marcelo Henrique Silva Diniz a nove anos, quatro meses e 15 dias de reclusão. Ele respondeu pela acusação de homicídio contra Lindomar Queiroz Pinheiro. O crime ocorreu no início da noite de 18 de junho de 2011, na Vila Cruzado, no bairro Vicente Fialho.

Ainda no 2º Tribunal do Júri este mês (dia 19), Huerbete Silva Damasseno, conhecido como "Beto",

foi condenado a nove anos e seis meses de reclusão pelo assassinato de Elias Abreu dos Santos, na noite do dia 19 de agosto de 2007, no bairro Jaracati. Na semana passada (dia 17), os jurados condenaram também Sérgio Roberto Lisboa, o "Nego", a 25 anos de reclusão por homicídio contra Heráclito Correa Campelo, na madrugada do dia 29 de julho de 1999, na Vila Magril.

Presidido pela juíza Katia Coelho de Sousa de Dias, o 3º Tribunal do Júri condenou, na última quinta-feira (26), a nove anos de reclusão, Peterson Jean Mendes da Silva pela morte de Reinaldo Reis Farias do Nascimento Filho, ocorrida na tarde do dia 14 de junho de 2010, na feira do Bairro da Liberdade, quando o acusado, após uma discussão, desferiu um golpe de faca na vítima que estava alcoolizada. O réu responde a outro processo criminal.

Esta semana também, no dia 25, os jurados da 3ª Vara do Júri condenaram a três anos, cinco meses e 17 dias de reclusão Osmar Francisco Barbosa Filho, que assassinou Sérgio Luís Ferreira Araújo Júnior no dia 27 de setembro de 2012, na Vila Passos.

Já no último dia 18 (quarta-feira), foram condenados a seis anos e nove meses de reclusão, respectivamente, Fabiano Cunha da Silva e Cristiano Costa Mendes, acusados da morte de Gilson Carlos Evangelista Sanches, na noite do dia 24 de março de 2012, na Vila Lobão. O motivo seria porque um caminhão, conduzido pela vítima, danificou o retrovisor do o carro de Cristiano Costa, gerando animosidade entre os dois. Segundo os autos, a víti-

ma estava alcoolizada no momento em que ocorreu a batida. Cristiano Costa Mendes responde a diversos procedimentos criminais e está foragido.

No 4º Tribunal do Júri, no último dia 17 (terça-feira) Pedro Bispo Costa Leite, o "Pedrinho", foi condenado a cinco anos, quatro meses e 17 dias de reclusão pela morte de José Carlos Costa, no início da noite de 16 de dezembro de 2011, em um bar na Vila Mauro Fecury II. O réu já responde a outro processo por homicídio.

No dia 19 (quinta-feira), foi condenado a três anos e dois meses de reclusão José Ribamar de Luna Pinheiro por tentar matar a tiros Renan Klinger Ribeiro da Cruz, por volta das 23h do dia 7 de março de 2011, em um bar no bairro Quebra-Pote. O motivo do crime seria porque a vítima teria apontado um traficante para a polícia. Durante a sessão, testemunhas relataram que o réu tem envolvimento com traficantes do bairro em que mora. Ele também responde a outro processo por homicídio.

Ainda no 4º Tribunal do Júri, na quarta-feira (25), foi condenado a sete anos de reclusão Jodyelson Ferreira Souza pela morte de João da Cruz Pereira Nascimento, na noite de 25 de agosto de 2012, no Coroadinho, porque a vítima teria impedido o réu de assassinar uma pessoa conhecida como "Funu". Inicialmente, o acusado foi levado a júri popular por homicídio, mas os jurados desclassificaram a conduta para lesão corporal seguida de morte. Ele já foi condenado por outro crime. As sessões do 4º Tribunal do Júri foram presididas pelo juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior.

## Paz Familiar

A juíza Maria do Socorro Carneiro Mendonça, titular da 5ª Vara da Família de São Luís, tomou uma iniciativa prática e louvável para desafogar a demanda e lançou o projeto “Paz na Família”, que já realizou 478 audiências, com resultados promissores: 233 acordos e 17 sentenças. Como o objetivo é dirimir conflitos familiares através da conciliação, o projeto acontece na última semana de cada mês.

## Projeto 'Paz na Família' da 5ª Vara já realizou mais de 700 audiências

Desde o lançamento, em setembro de 2014, o Projeto Paz na Família, da 5ª Vara da Família de São Luís já realizou 478 audiências, das quais resultaram 233 acordos. Outras 17 foram sentenciadas. Coordenado pela juíza Maria do Socorro Carneiro Mendonça, titular da unidade e idealizadora da iniciativa, o projeto tem por objetivo "dirimir conflitos familiares através da conciliação das demandas em trâmite na Vara".

Com vistas ao objetivo, o 'Paz na Família' acontece mensalmente, na última semana do mês, com audiências

pré-designadas ou realizadas a partir do comparecimento espontâneo das partes na unidade, sempre pela manhã, das 8h às 12h.

"Conciliar é e sempre será o melhor caminho para as questões. Ao entrar num acordo, as partes evitam um grande desgaste, principalmente psicológico. Com esse projeto, o que se busca é dar oportunidade às partes que têm processos ajuizados na Vara para resolverem suas questões mesmo que não tenham audiências marcadas, sendo necessário apenas o comparecimento, espontâneo, das partes que compõem o ativo e passi-

vo na demanda" ressalta a juíza.

A próxima edição do projeto acontece de 22 a 30 de abril.

PROCESSOS - A 5ª Vara da Família funciona no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau. Tramitam atualmente na 5ª Vara da Família 458 processos. De setembro de 2014 até o último dia 26 de março, a unidade contabilizou 757 audiências designadas, das quais 704 realizadas. As audiências de instrução foram 108. Já as conciliações somaram 373. As decisões e os feitos totalizaram, respectivamente, 9 e 458.